

FETICHISMO E COMERCIALIZAÇÃO DA CULTURA DA RENDA RENASCENÇA DO CARIRI PARAIBANO

Irami Rodrigues Monteiro Júnior¹
Maria do Socorro da Costa²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar criticamente as tensões e ambivalências entre a renda Renascença, enquanto expressão da cultura popular no território do Cariri Paraibano, e sua transformação em mercadoria fetichizada no mercado. A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa a partir da revisão bibliográfica crítica e da aula de campo. A renda renascença se tornou objeto de desejo pelo alto potencial de exploração econômica das relações culturais e da tradição. No entanto, o trabalho desses sujeitos é invisibilizado, projetando a renda renascença como o elemento central da cultura e da tradição, agora associado ao valor de troca. Por fim, os significados coletivos do trabalho artesanal são subordinados à lógica do consumo, na qual o valor de troca passa a predominar sobre o valor de uso e sobre os sentidos culturais da produção. A atuação de atravessadores, empresários e estilistas reforça essa desconexão entre o objeto e os sujeitos que o produzem, alimentando o fetichismo da mercadoria.

PALAVRAS-CHAVE: artesanato; cultura; economia criativa; Paraíba.

FETISHISM AND COMMERCIALIZATION OF THE RENASCENÇA LACE CULTURE OF THE CARIRI PARAIBANO

ABSTRACT

The aim of this study is to critically analyze the tensions and ambivalences between renascença lace, as an expression of popular culture in the Cariri Paraibano territory, and its transformation into a fetishized commodity in the market. This research adopts a qualitative approach based on a critical bibliographic review and fieldwork. renascença lace has become an object of desire due to the high potential for economic exploitation of cultural relations and tradition. However, the labor of the artisans is rendered invisible, projecting renascença lace as the central element of culture and tradition, now associated with exchange value. Ultimately, the collective meanings of this artisanal work are subordinated to the logic of consumption, in which exchange value comes to prevail over use value and over the cultural meanings of production. The role of middlemen, entrepreneurs, and fashion designers reinforces this disconnection between the object and the subjects who produce it, fueling the fetishism of the commodity.

KEYWORDS: handicraft; culture; creative economy; Paraíba

FETICHISMO Y COMERCIALIZACIÓN DE LA CULTURA DEL ENCAJE RENASCENÇA DEL CARIRI PARAIBANO

¹Pesquisador. Doutor e Mestre em Geografia. Atualmente, Prof. substituto no Departamento de Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES/UFRN), iramirodriguesprof@outlook.com.

²Rendeira e Pedagoga do Município de Camalaú, PB, Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), costa35.2018@gmail.com.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar críticamente las tensiones y ambivalencias entre el encaje renasença, como expresión de la cultura popular en el territorio del Cariri Paraibano, y su transformación en una mercancía fetichizada en el mercado. La presente investigación adopta un enfoque cualitativo basado en la revisión bibliográfica crítica y en el trabajo de campo. El encaje renasença se ha convertido en un objeto de deseo debido al alto potencial de explotación económica de las relaciones culturales y de la tradición. Sin embargo, el trabajo de estos sujetos es invisibilizado, proyectando el encaje renasença como el elemento central de la cultura y de la tradición, ahora asociado al valor de cambio. Finalmente, los significados colectivos del trabajo artesanal quedan subordinados a la lógica del consumo, en la cual el valor de cambio pasa a predominar sobre el valor de uso y sobre los sentidos culturales de la producción. La actuación de intermediarios, empresarios y diseñadores refuerza esta desconexión entre el objeto y los sujetos que lo producen, alimentando el fetichismo de la mercancía

PALABRAS CLAVE: artesanía; cultura; economía creativa; Paraíba.

INTRODUÇÃO

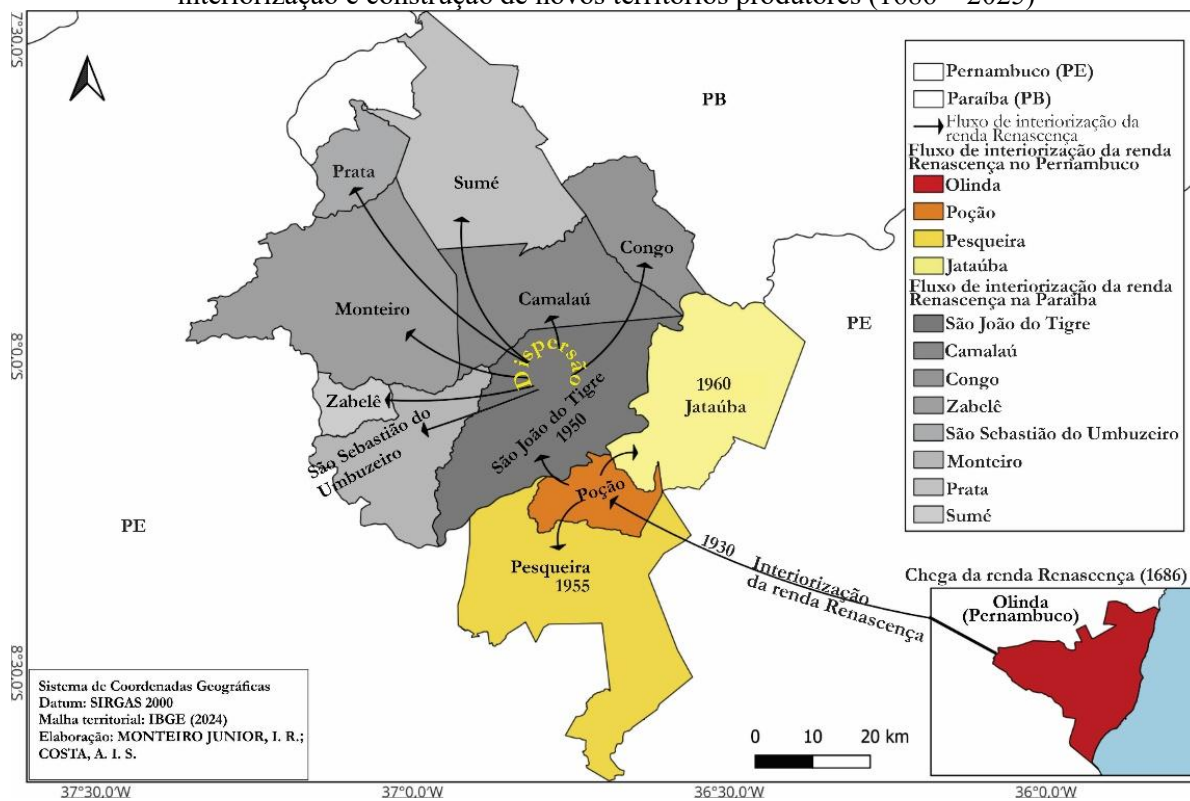
A renda renasença do Cariri Paraibano é uma renda de agulha herdada das tessituras europeias. Para Charles e Pagès (1906), historicamente, os trabalhos feitos à agulha, o bordado, com uso de linho e seda, se aproximam dos egípcios por volta de 8.000 a.C. e dos chineses há 3.000 a.C. Ela surge como um instrumento de renovação dos tipos de bordados a partir do desejo de novas formas, figuras e traços.

A sua origem remonta ao século XV, na Itália, especificamente à cidade de Veneza, como materialização da renda com a criação do *punto in aere* (ponto no ar), que não necessitava de um tecido como base, como nos bordados (NÓBREGA, 2005; OLIVEIRA, 2010). O termo “renasença” não se refere ao período histórico-cronológico, mas como inspiração estética redescoberta de formas antigas italianas no século XIX (EARNSHAW, 1984).

A renda renasença chega ao Brasil pela Bahia em 1662, depois em Olinda, em 1686, pelo Convento de Santa Teresa (NÓBREGA, 2005; OLIVEIRA; LUCIAN, 2016). Essa congregação é expulsa em 1823 e o Convento de Santa Teresa volta a ser ocupado por freiras francesas que confeccionavam a renda como artigo raro e de preço elevado economicamente (NÓBREGA, 2005), se transforma em escola feminina ensinando jovens à atividade manual (SILVA, 2022).

A partir da criação das escolas femininas, iniciou-se o processo de desterritorialização da renda renasença, que migrou do litoral de Olinda, Pernambuco (PE), para o interior do estado, em Poção, e, posteriormente, para o estado da Paraíba, em São João do Tigre (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização da origem da renda renascença do Cariri Paraibano e o processo de interiorização e construção de novos territórios produtores (1686 – 2025)



A figura 1 mostra o processo de desterritorialização da renda renascença, para o interior do PE, inicialmente pela cidade de Poção, a partir de 1930, em seguida, para as cidades de Pesqueira, em 1955, e Jataúba, em 1960 (SEBRAE, 2013; MARINHO, 2016). A interiorização da renda renascença está relacionada a uma jovem que trabalhava no Convento Santa Tereza (ÓSORIO, 1983), que aprendeu as técnicas e habilidades por meio dos ensinamentos das freiras às alunas do colégio nas dependências do convento (OLIVEIRA, 2010).

Ao regressar à sua cidade natal, Poção, guarda as técnicas consigo até ser observada por uma senhora, que, mais tarde, iria ensinar a Elsa Medeiros (Lalá). Paraibana de São João do Tigre, que morava em Poção (NÓBREGA, 2005), é considerada a responsável pela disseminação da renda renascença no interior de Pernambuco e da Paraíba.

Grupos de mulheres, por questões distintas, mudam-se para Poção (NÓBREGA, 2005), aprendem as técnicas, retornam aos municípios paraibanos de São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê e Camalaú, à época distritos do município de Monteiro, e ensinam a outras mulheres, na escala da casa e da vizinhança, posteriormente para Prata, Congo e Sumé.

Com esse processo histórico-geográfico, essa atividade se tornou símbolo cultural nesses municípios, tornando-se também uma forma econômica. Esse movimento foi lento, pautado na transmissão na escala da casa e da vizinhança, construindo um território sólido e arraigado de identidade e cultura na região do Cariri Paraibano. O elo entre cultura, identidade e produção (econômica) possibilitou a transformação desses elementos em uma mercadoria materializada na renda renascença.

Assumindo, nesse estudo, a definição de cultura como os significados criados e recriados pelos diversos grupos sociais em relação às várias esferas da vida, considerando-a como meio e condição para as diferenças socioculturais (CORRÊA, 2014). Nesse sentido, a renda renascença deixou de ser somente uma atividade artesanal de base local e regional, para se tornar uma expressão da identidade e da memória coletiva de um povo.

Com sua mercantilização e inserção no circuito ampliado do consumo, passou a ser tratada como objeto de desejo estético e comercial, deslocando o olhar da trabalhadora que a produz para a “coisa” em si. Assim, cria-se um fetichismo da mercadoria cultural, onde o produto parece adquirir vida própria e valor autônomo, desconsiderando as relações sociais que lhe dão origem.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar criticamente as tensões e ambivalências entre a renda renascença, enquanto expressão da cultura popular no território do Cariri Paraibano, e sua transformação em mercadoria fetichizada no mercado, em que os vínculos sociais, históricos e simbólicos do fazer artesanal são obscurecidos pelo valor de troca atribuído ao produto.

Vale salientar que este trabalho constitui um recorte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida no âmbito da tese de doutorado intitulada Território, Indicação Geográfica e Economia Criativa no Nordeste brasileiro (2012–2021), da qual o tema aqui abordado emerge lateralmente ao processo de construção analítica. Para além disso, a elaboração deste trabalho surge do desejo das próprias rendeiras de terem voz, ao menos daquelas que convergem com a discussão proposta e analisada ao longo do estudo.

Nesse sentido, e em consonância com seus anseios, a temática foi desdobrada para o debate no XXVIII Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte (EGEORN), com o objetivo de aprofundar a reflexão e, posteriormente, submetê-la à publicação na forma de artigo em edição especial desse periódico.

METODOLOGIA: CAMINHOS DE ANÁLISES E DE INTERPRETAÇÕES

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, estruturada a partir de duas estratégias centrais: a revisão bibliográfica crítica e a aula de campo enquanto prática metodológica de observação e análise do território. A revisão bibliográfica fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos que discutem os conceitos de cultura, fetichismo da mercadoria, território e economia criativa.

Tendo como destaque autores como Canclini (2008), Marx (2013), Corrêa (2014) e Dorsa (2023), cuja contribuição é essencial para a compreensão dos processos de fetichização da mercadoria, da construção do território cultural e das dinâmicas de mercantilização da cultura. O trabalho de campo foi realizado nos municípios de Monteiro, Zabelê, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Camalaú, localizados no Cariri Paraibano, entre março de 2023 e junho de 2024.

A triagem desses municípios ocorreu após entrevista realizada, em março de 2022, com a presidente do Conselho das Associações, Cooperativas, Empresas e Entidades Vinculadas à Renda Renascença do Cariri Paraibano (CONARENDA), conduzida remotamente por meio da plataforma *Google Meet*. Segundo ela, esses municípios são amplamente reconhecidos como centros tradicionais de produção da renda renascença, concentrando associações, grupos produtivos e oficinas domésticas que compõem a base socioterritorial dessa atividade artesanal.

Ao longo do trabalho de campo, foram conduzidas visitas sistemáticas a associações de rendeiras, espaços de comercialização formal e informal, ateliês comunitários e residências onde ocorre a produção cotidiana das peças. Essa incursão permitiu observar *in loco* as práticas produtivas, incluindo técnicas, instrumentos, a divisão das etapas de trabalho e as condições socioeconômicas que estruturam o processo de fabricação da renda.

Também possibilitou examinar os circuitos de comercialização, a atuação de atravessadores, as estratégias de inserção no mercado e os mecanismos de agregação de valor simbólico às peças. Além disso, foram realizadas conversas e entrevistas espontâneas, com base na abordagem proposta por Monteiro Júnior (2022), analisando esses territórios em todas as direções, leste, oeste, norte e sul, com ênfase nos bairros que concentram os principais contingentes de rendeiras em atividade.

A partir disso, as artesãs forneceram elementos essenciais para compreender seus discursos sobre identidade, tradição, trabalho e valorização econômica. Assim, o trabalho de campo constituiu-se como instrumento fundamental para a interpretação do território em suas dimensões sociais, culturais e econômicas. Nesse contexto, a renda renascença é compreendida não somente como um produto, mas como expressão de práticas, saberes e relações sociais historicamente construídas no Cariri Paraibano.

Durante as assembleias realizadas nas associações de rendeiras, foram entrevistadas 87 artesãs a respeito dos processos de produção e comercialização da renda renascença. As entrevistas tiveram como objetivo compreender, de maneira aprofundada, as relações entre os laços de pertencimento cultural, os sentidos atribuídos ao fazer artesanal e as transformações provocadas pela emergência do capitalismo no universo da renda renascença.

Buscou-se, especialmente, analisar como a renda renascença, tradicionalmente vinculada à identidade territorial e às práticas comunitárias, passou a ser ressignificada como mercadoria de alto valor agregado, posicionada em mercados de luxo e consumo seletivo. Nesse sentido, as falas das artesãs revelaram tensões entre tradição e mercado, entre valor simbólico e valor de troca, evidenciando as contradições inerentes ao processo de mercantilização da cultura.

A RELAÇÃO DO FETICHISMO DA MERCADORIA E A CULTURA DA RENDA RENASCENÇA DO CARIRI PARAIBANO

A ideia de fetichismo da mercadoria, proposta por Karl Marx no primeiro capítulo de *O Capital*, em 1867, representa uma das mais influentes ferramentas para a análise crítica do modo de produção capitalista e crítica à economia política. Marx (2013) aponta que, em uma sociedade capitalista, as interações sociais entre indivíduos se transformam em relações entre objetos, proporcionando às mercadorias uma “autonomia” ilusória e um aspecto de naturalidade.

Essa inversão ontológica, na qual o produto do trabalho aparenta ter valor em si e não quem produz, oculta a exploração e a historicidade das relações sociais de produção. A renda renascença é um produto das relações sociais e culturais firmadas no Cariri Paraibano na escala da casa, nas relações de proximidade com a comunidade, o que gerou laços identitários

transformando essa região em um reduto de produção desse artesanato pautado na tradição e qualidade do produto.

Essa relação pode ser traduzida a partir do espólio cultural proposto por Monteiro Júnior (2025), que se refere ao legado de saberes identitários incorporados à formação do território. Trata-se do conjunto de bens e práticas imateriais, como dança, música, lendas, artesanato, técnicas e modos de fazer, articulado também a dimensões materiais, isto é, à cultura materializada no espaço. Inclui, ainda, as forças políticas, econômicas e sociais que se inscrevem no território de origem dessas práticas e que, em conjunto, expressam a cultura e a identidade territorial constituídas historicamente pela formação social desse povo.

Contudo, esse produto vivencia um momento de desmonte dos processos culturais e da tradição, transformando essas relações sociais em produtos visando o lucro, esquecendo elementos basilares como qualidade e a ligação com o território, se transformando em comercialização da cultura enquanto mercadoria.

Segundo Marx (2013), toda mercadoria possui duas naturezas: o valor de uso, que se refere à utilidade concreta de um bem e à sua capacidade de atender a uma necessidade humana, e o valor de troca, que expressa a relação social quantitativa com outras mercadorias, mediada pelo trabalho abstrato. É justamente essa duplicidade entre valor de uso e valor de troca que provoca o fetichismo da mercadoria.

Nesse sentido, no capitalismo, o valor de troca enfatiza o quanto o bem vale em relação a outros bens no mercado. Nesse contexto, essa forma de valoração ignora a concretude do valor de uso, ao ocultar a relação social de produção e o trabalho humano envolvido no objeto. A renda renascença se tornou objeto de desejo pelo alto potencial de exploração econômica das relações culturais e da tradição.

Albuquerque e Menezes (2007) mostram que essa atividade possui grande importância econômica dada à quantidade de mulheres envolvidas no processo de produção, além das poucas opções de emprego, observado no Cariri Paraibano, em específico em Camalaú, um dos municípios produtores. No entanto, o trabalho desses sujeitos é invisibilizado, projetando a renda renascença como o elemento central da cultura e da tradição, agora associado ao valor de troca.

Assim, o sentido da valorização de uma produção artesanal perde seu valor, o significado e, a renda renascença como mercadoria passa a ser valorizada por seu valor abstrato, não por sua utilidade concreta. A renda renascença constitui um legado cultural forjado coletivamente por mulheres que, ao longo de décadas, encontraram nessa prática artesanal não somente uma expressão estética, mas também uma estratégia de resistência econômica.

No Cariri Paraibano, a rede feminina de produção consolidou a renda renascença como símbolo identitário regional, sustentado por laços de solidariedade e saberes hereditários. Contudo, sua inserção no mercado de bens simbólicos, como objeto de luxo, desvincula o produto de sua função social original. Assim, o valor de uso ligado ao trabalho, cultura e território é eclipsado pelo valor de troca, gerando a fetichização da mercadoria.

Taussig (2010, p. 43), ao investigar os efeitos do capitalismo em contextos periféricos, evidencia que os trabalhadores reinterpretem o fetichismo por meio de práticas simbólicas quando afirma que “o valor de uso perde sentido em uma economia onde o trabalhador já não reconhece o fruto do seu trabalho, e o objeto parece agir por si”. No caso da renda renascença, o valor de uso simbólico (cultural, tradicional, comunitário, coletivo) é destruído pela lógica impessoal da troca, reforçando a dominação do capital sobre o cotidiano.

Antes, a produção da renda renascença ocorria por meio de uma relação direta entre cliente e rendeira, com pedidos personalizados que respeitavam técnicas e saberes tradicionais transmitidos entre gerações. Cada peça expressava a criatividade da artesã e a identidade coletiva do território, sendo portadora de memória, gesto e pertencimento. Com a inserção da renda renascença na lógica capitalista, rompe-se gradualmente o vínculo entre a produção e seu contexto cultural de origem.

Estilistas e intermediários passam a definir as peças, reconfigurando o fazer artesanal para atender a mercados distantes e alheios ao território produtor. Assim, a renda renascença se transforma em uma mercadoria padronizada e abstrata, esvaziada de seu valor de uso original, enquanto as rendeiras tornam-se somente força de trabalho. Essa lógica se torna ainda mais evidente quando coleções de moda que incorporam a renda renascença ganham visibilidade nacional e internacional, promovendo estilistas e marcas como os verdadeiros criadores, ao passo que relegam ao anonimato as mulheres que efetivamente confeccionaram as peças.

Nessas situações, o discurso da originalidade e do *design* sobrepõe-se à materialidade do trabalho artesanal, desconsiderando que cada peça carrega horas de dedicação, habilidade

técnica e memória cultural. O produto final é destacado pela estética e pela autoria estilística, enquanto o processo produtivo, marcado por relações sociais, gênero, território e desigualdade, é silenciado. Desse modo, o valor de uso da renda, vinculado à história e à prática cotidiana de dezenas de mulheres, é substituído por um valor simbólico abstrato, voltado para o consumo de luxo.

Ainda, quando esses processos são excluídos da equação, o valor da mercadoria é determinado pelo trabalho abstrato, como enfatiza Rubin (1980). A aproximação entre sujeito e consumidor se dá por meio da invisibilidade do trabalho e do social. Esse processo oculta as relações sociais, enquanto um trabalho humano, e as condições de trabalho que os originaram, provocando o fetichismo da mercadoria. Um exemplo é a renda renascença, como destaque no São Paulo *Fashion Week* (SPFW) da coleção “Somos Todos Paraíba” (Figura 2).

Figura 2 – Desfile da coleção Somos Todos Paraíba no São Paulo *Fashion Week*, São Paulo, 2020



Fonte: Secom PB/Divulgações.

A renda renascença, ao ser apresentada em uma passarela como símbolo de identidade, tradição e elegância, oculta o trabalho exaustivo, mal remunerado e desvalorizado das rendeiras, que frequentemente vivem em condições precárias e à margem da valorização econômica real do produto. Dados de campo mostram que essas mulheres recebem por produção, a cada novelo desmanchado (o mesmo que rendado), R\$ 100,00 em média, trabalhando em jornadas

exaustivas que, no ato da entrevista, não sabiam nem mensurar a quantidade de horas trabalhadas.

A emergência do capitalismo exige essa exploração da mão de obra, no caso da renda renasçença, mulheres entre a faixa etária de 35 e 68 anos que trabalham sem controle do regime de tempo de horas trabalhadas, sem carteira assinada ou qualquer vínculo empregatício. O tempo de trabalho não é mais o tempo necessário para produzir um bem útil, mas o tempo abstrato, homogêneo, que mede a produtividade e organiza a vida social sob a lógica da valorização do capital.

Dessa forma, o desfile no SPFW impõe a fetichização da mercadoria ao atribuir à renda renasçença um elevado valor simbólico e mercadológico, orientado ao consumo elitizado. Esse processo apaga o contexto local de produção, uma vez que os consumidores tendem a perceber somente o produto em si e a necessidade de consumi-lo, dissociando-o das relações sociais que o originam.

Esse processo pode ser interpretado como um deslocamento do valor de uso para o valor de troca em Marx (2013). Nesse contexto, o valor de troca transforma relações entre pessoas em relações entre coisas. A coisificação que encobre o trabalho vivo e transforma a realidade social numa aparência objetiva. Entre a produção e fetichização da mercadoria da cultura da renda renasçença, a cidade de Monteiro assume o protagonismo devido às articulações políticas, econômicas e sociais.

Ela é o primeiro município brasileiro a receber o título de “Cidade Mundial do Artesanato para Renda Renasçença” pelo Conselho Mundial do Artesanato (WCC AISBL), uma organização não-governamental, filiada à Unesco. A construção de um território voltado ao apego a determinado espaço pelas relações sociais e não ao espaço em si, dessa forma a renda renasçença é o elo. Para Dorsa (2023), o território é criado pela cultura do grupo, e as pessoas se sentem ligadas a um lugar, não pelo lugar em si, mas pelas coisas que elas constroem lá.

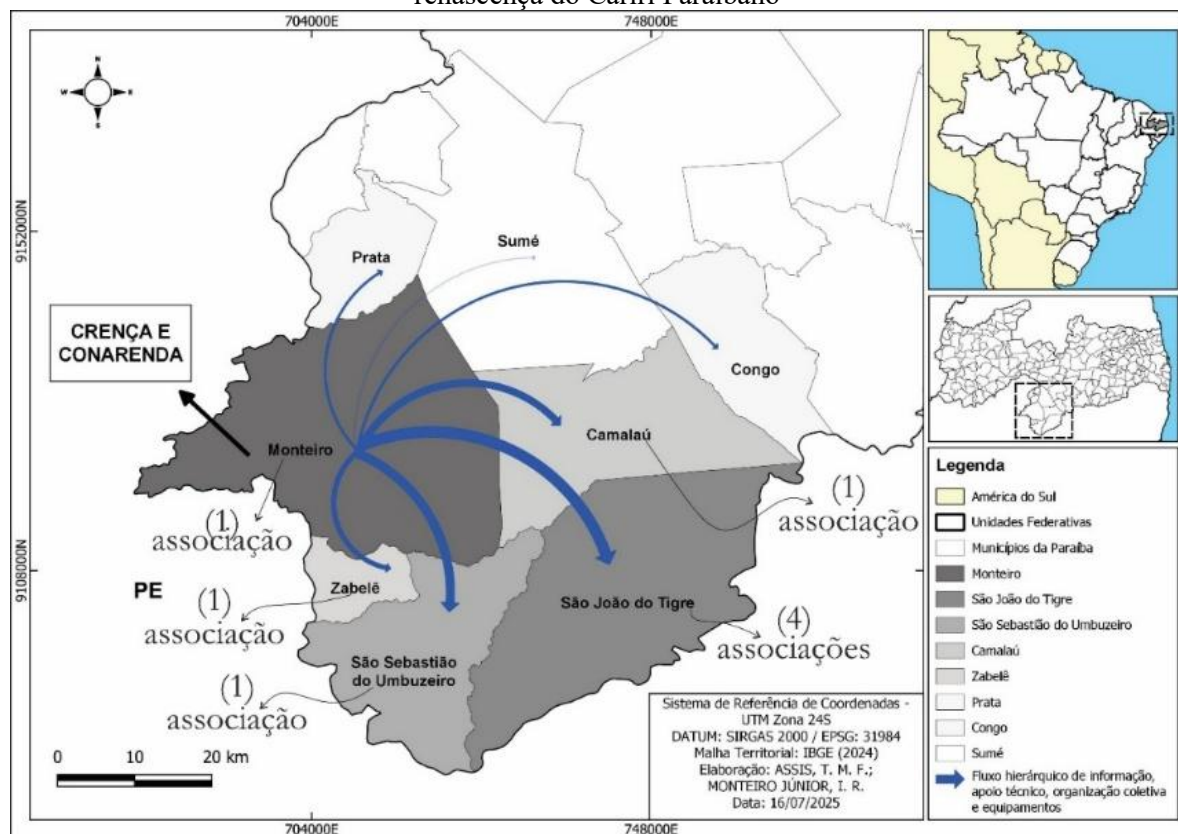
Desse modo, os valores culturais que conectam os indivíduos de maneira identitária no espaço são essenciais. Entretanto, a produção de renda renasçença não é exclusiva de Monteiro para atribuição desse título, mas, devido às forças superiores que agem nas esferas políticas e econômicas, reconhecem esse território como o epicentro da produção. Ações políticas como o Centro de Referência da Renda Renasçença (CRENÇA), idealizado pelo Governo do Estado da

Paraíba em parceria com o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), com gerenciamento compartilhado entre Rendeiras e Parceiros, confirmam essa visão da cidade Monteiro para colocar a renda renascença também como sinônimo de artigo de luxo e desejo de consumo.

Além disso, o município de Monteiro se destaca por abrigar a sede do Conselho das Associações, Cooperativas, Empresas e Entidades Vinculadas à Renda Renascença do Cariri Paraibano (CONARENDA), órgão instituído com a finalidade de proteger o nome geográfico “Cariri Paraibano” no processo de comercialização da renda renascença, sobretudo no âmbito da Indicação Geográfica (IG).

Embora Monteiro concentre a articulação institucional e política em torno da atividade, observa-se que o município de São João do Tigre apresenta forte centralidade na herança histórica e cultural da renda renascença, o que se evidencia pelo número de associações e pela manutenção de práticas tradicionais vinculadas ao saber-fazer da renda renascença (Figura 3).

Figura 3 – Equipamentos, organização coletiva, informações e apoio técnico na produção da renda renascença do Cariri Paraibano



Fonte: IBGE (2024); Monteiro Júnior (2025).

A atuação do CONARENDA, associada à presença ativa de instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), à prefeitura municipal de Monteiro e ao Governo do Estado da Paraíba, tem conferido ao município um papel estratégico na gestão, promoção e visibilidade pública da renda.

Contudo, essa centralidade também favorece processos de ressignificação da atividade, contribuindo para a construção de narrativas que, ao enfatizarem a renda como produto diferenciado e de alto valor agregado, reforçam a lógica da fetichização da mercadoria imposta pela dinâmica capitalista contemporânea.

Nesse cenário, o território passa a ser mobilizado como um recurso econômico, e não somente cultural, evidenciando as tensões entre tradição, mercado e produção simbólica. Conforme a Figura 3, o município de Monteiro se configura como um ponto estratégico na dinâmica de comercialização da renda renascença enquanto mercadoria cultural.

A cidade atrai agentes dotados de capital econômico interessados em sistematizar, acelerar e ampliar a produção, operando tanto por meio de atravessadores quanto por meio das próprias associações. Assim, embora a renda renascença carregue, em cada ponto, trama e técnica, a memória coletiva e a identidade territorial do Cariri Paraibano, ela também é convertida em produto, articulando tradição e mercado sob a racionalidade capitalista.

Nesse processo, os significados simbólicos tornam-se subordinados à lógica da produção e do consumo. Como afirma Canclini (2008), os processos simbólicos da cultura, quando apropriados pelas dinâmicas de mercado, são convertidos em mercadoria, deslocando-se de seus contextos históricos e de suas referências comunitárias.

Esse fenômeno foi amplamente relatado pelas rendeiras, que denunciaram a descaracterização da renda renascença para atender ao nicho da moda contemporânea, incluindo o tingimento artificial para ampliação da paleta de cores e a redução de custos em comparação aos processos tradicionais de coloração natural. Essas mudanças, ainda que respondam às demandas mercadológicas, fragilizam os vínculos identitários e estéticos associados ao saber-fazer tradicional.

As entrevistas realizadas com rendeiras de Monteiro, Camalaú, Zabelê e Congo reforçam a percepção de que a renda renascença de maior qualidade técnica e com maior preservação dos traços tradicionais está concentrada em São João do Tigre. Esse município se

destaca pela continuidade das técnicas, pela transmissão intergeracional dos saberes e pela atuação de, pelo menos, quatro associações, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Conjunto de associações do Cariri Paraibano que trabalham com a renda renascença (1998 – 2025)

Associação	Município	Abertura	N. de Associados
Associação dos Artesãos de São João do Tigre (Assoarti)	São João do Tigre	2000	60
Associação de Desenvolvimento dos Artesãos de São Sebastião do Umbuzeiro (Adearte)	São Sebastião do Umbuzeiro	2001	33
Associação de Resistência das Rendeiras de Cacimbinha (Arca)	Distrito Cacimbinha, São João do Tigre	1998	12
Associação das Produtoras de Arte de Zabelê (Apaz)	Zabelê	1999	25
Associação Comunitárias das Mulheres de Camalaú (Ascamp)	Camalaú	1996	40
Associação Quilombola Rural de Cacimba Nova e Adjacências	São João do Tigre	2016	75
Associação das Rendeiras da Renda Renascença do Cariri Paraibano (Renasci)	Monteiro	2011	35
Associação das Mulheres Artesãs de Ingá (Amai)	São João do Tigre	2008	*

Fonte: Monteiro Júnior (2025). * Não se obteve acesso aos dados.

Já os municípios de Monteiro, Camalaú, Zabelê e São Sebastião do Umbuzeiro possuem ao menos uma associação em atividade, contribuindo para a manutenção da prática, enquanto Prata, Congo e Sumé apresentam menor intensidade produtiva, embora se mantenham integrados ao CONARENDA e preservem direitos no processo de Indicação Geográfica.

Diante desse cenário, observa-se a coexistência de dois caminhos na produção da renda renascença no Cariri Paraibano. De um lado, a salvaguarda da tradição cultural, sustentada por associações que organizam coletivamente a produção e preservam técnicas, valores e identidades, como ocorre de maneira mais expressiva em São João do Tigre.

De outro lado, a crescente mercantilização desse patrimônio imaterial, na qual os produtos passam a adquirir valor de troca desvinculado das relações sociais, do trabalho artesanal que lhes dá origem e dos sentidos culturais imanentes ao território, caracteriza um processo de fetichização e de mercantilização da cultura.

Esse território, construído socialmente por mulheres que encontraram na renda renascença uma forma singular de existência, trabalho e afirmação identitária, também

representa um espaço de resistência frente às pressões do capitalismo global. Contudo, essa expressão cultural é, por vezes, tensionada e aviltada pela lógica do capital, que se apropria do produto final, esvaziando parcialmente seus significados originários e desconectando-o das práticas que o engendram.

Essa dinâmica dialoga com Dorsa (2023, p. 1), ao afirmar que “o território cultural é, portanto, um espaço cujas paisagens são construídas e os ambientes transformados em artefatos sociais”, evidenciando que a renda renascença é simultaneamente patrimônio, mercadoria e expressão das disputas simbólicas e econômicas que atravessam o Cariri Paraibano.

Em síntese, a análise da distribuição territorial das associações e da intensidade produtiva da renda renascença no Cariri Paraibano revela uma configuração desigual, marcada por distintos graus de organização coletiva e inserção no circuito da Indicação Geográfica. Enquanto municípios como Monteiro, Camalaú, Zabelê e São Sebastião do Umbuzeiro mantêm associações ativas que asseguram a continuidade da prática artesanal, outros, como Prata, Congo e Sumé, apresentam menor dinamismo produtivo, embora permaneçam institucionalmente vinculados ao CONARENDA.

Essa heterogeneidade evidencia que a permanência da renda renascença não depende somente do reconhecimento formal do signo geográfico, mas sobretudo da capacidade local de organização social, de transmissão dos saberes e de articulação entre tradição, trabalho e território. Ao mesmo tempo, a coexistência entre salvaguarda cultural e mercantilização expõe as contradições inerentes à inserção desse patrimônio imaterial nos circuitos do mercado.

Se, por um lado, a renda renascença constitui um espaço de resistência e afirmação identitária das mulheres rendeiras, por outro, sua crescente apropriação pelo capital tende a deslocar o valor do trabalho e dos sentidos culturais para o produto final, intensificando processos de fetichização.

Nesse contexto, o território cultural do Cariri Paraibano se afirma como arena de disputas simbólicas e econômicas, na qual patrimônio, mercadoria e identidade se entrecruzam, exigindo políticas e estratégias que não apenas promovam a circulação econômica da renda renascença, mas garantam a preservação de suas bases sociais, culturais e territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da renda renascença no Cariri Paraibano evidencia um conjunto de tensões estruturais entre a preservação de um saber-fazer tradicional e sua crescente transformação em mercadoria. Enraizada historicamente no cotidiano das comunidades locais e transmitida entre gerações de mulheres, a renda renascença constituía, originalmente, uma prática cultural cuja centralidade residia na partilha de técnicas, na construção de vínculos de pertencimento e na afirmação identitária do território.

Contudo, nas últimas décadas, esse saber-fazer passou a ser ressignificado como item de luxo no mercado da moda e da economia criativa, processo que obscurece e relativiza seus vínculos históricos, sociais e culturais. Nesse movimento, os sentidos coletivos do trabalho artesanal tornam-se subordinados à lógica do consumo capitalista, na qual o valor de troca passa a se sobrepôr tanto ao valor de uso quanto aos significados culturais, afetivos e territoriais presentes na renda renascença.

A mediação crescente de atravessadores, empresários e estilistas intensifica essa dissociação, deslocando o protagonismo das artesãs e reforçando a alienação entre o objeto produzido e as mulheres que o confeccionam. Essa dinâmica expressa, de maneira evidente, o fetichismo da mercadoria, conforme formulado por Marx, no qual as relações sociais inscritas nos objetos são encobertas pelos valores atribuídos pelo mercado.

Dessa forma, a renda renascença se configura como um caso exemplar dos dilemas que atingem diversas manifestações culturais populares quando são apropriadas pelas lógicas econômicas contemporâneas, como o bordado do Seridó Potiguar, o bordado filé de Alagoas ou as painéis de barro de Goiabeiras, no Espírito Santo. Ao serem capturadas pelo mercado, tais expressões tendem a perder parte de sua função simbólica, de seu vínculo orgânico com o território e de sua conexão com as artesãs que as produzem, convertendo-se em mercadorias esvaziadas de seus sentidos originários. A renda renascença evidencia, assim, a disputa entre a continuidade da tradição e as pressões de mercantilização que reconfiguram profundamente o campo cultural no Cariri Paraibano.

Diante desse quadro, a intensificação da mediação por atravessadores, empresários e estilistas evidencia como a renda renascença é progressivamente deslocada de seu contexto

social e territorial, reforçando a alienação entre o produto final e as mulheres que o produzem, em consonância com o fetichismo da mercadoria formulado por Marx.

Esse processo revela os dilemas enfrentados pelas manifestações culturais populares quando apropriadas pelas lógicas econômicas contemporâneas, nas quais a mercantilização tende a esvaziar sentidos simbólicos, fragilizar vínculos territoriais e reconfigurar profundamente as relações entre cultura, trabalho e identidade no Cariri Paraibano.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. F.; MENEZES, M. O valor material e simbólico da renda renascença. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 461–467, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7NkkTJn97gdNsbTwtjz8pQF/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2025.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2008.
- CHARLES, M. M.; PAGÈS, M. L. **Les Broderies ET les Dentelles**. Paris: Société d'Édition ET de Publications, Librairie Félix Juven, 1906.
- CORRÊA, R. L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. **Espaço Aberto**, v. 4, n. 1, p. 37–46, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5301676>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- DORSA, A. C. O território cultural: espaço de saberes e paisagens construídas. **Interações (Campo Grande)**, v. 24, n. 1, p. 1-4, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/wTHH7WKWxsX5mjSgys84BNB/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- EARNSHAW, P. **A Dictionary of Lace**. Aylesbury: Shire Publications Ltd, 1984.
- MARINHO, E. ARTESANATO: RENDA RENASCENÇA. **Blog Cultura em Jataúba**, Jataúba, 12 jun. 2016. Disponível em: https://culturaemjatauba.blogspot.com/2016/06/artesanato-renda-renascenca.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 jul. 2025.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MONTEIRO JUNIOR, I. R. **Circuito espacial de produção e o círculo de cooperação do bordado artesanal no município de Timbaúba dos Batistas-RN**. 2022. 236 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23524>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- MONTEIRO JUNIOR, I. R. **Território, Indicação Geográfica e Economia Criativa no Nordeste Brasileiro (2012-2021)**. 2025. 433 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/0edd15d5-3d21-4560-933d-e413f332200b>. Acesso em: 28 abril 2026.
- NÓBREGA, C. **Renda renascença: uma memória de ofício paraibana**. João Pessoa: SEBRAE, 2005.

OLIVEIRA, D. V.; LUCIAN, R. O Caso da Renda Renascença: Uma Análise sobre as Decisões de Compra de Produtos Culturais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/16923>. Acesso em: 20 ago. 2025.

OLIVEIRA, I. F. F. **Tessituras da voz**: cultura e memória da “Renascença” na voz das rendeiras da Paraíba, Brasil. 2010. 260 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OSÓRIO, C. **O Artesanato das Rendeiras de Renascença no Agreste do Estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil**. Recife: Departamento de Economia e do PIMES/UFPE, 1983.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

SEBRAE. **Artesanato de Pernambuco**: Pernambuco crafts catalog 2013. Tradução de Alan Costa. Recife: SEBRAE/PE, 2013.

SILVA, I. F. **Exporenda Cariri**: renda renascença, modo, exportação e preservação cultural. 2022. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25720>. Acesso em: 01 set. 2025.

TAUSSIG, M. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.